

Presidente da Mesa: Muito boa noite a todos, os meus cumprimentos. Vamos dar início aos trabalhos.

E começava – temos aqui algum público - começava por dar a palavra, se alguém a quiser tomar. Faça favor, tem a palavra. Diga o seu nome, para ficar gravado.

João Sousa (Elemento do público): Boa noite a todos. O meu nome é João Sousa, sou residente aqui na Freguesia de Belém.

Gostaria de, na vossa presença, agradecer o facto de todos os residentes na freguesia terem atualmente médico de família, na nova Unidade de Saúde Familiar recentemente inaugurada. Nomeadamente, gostaria de estender o meu agradecimento à representante da CDU aqui presente, que sei que após reunião em setembro de 2013, no âmbito da campanha para as autárquicas, com o Coordenador Domingos Vicente, em que o candidato cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal de Lisboa, o Sr. Dr. Silva Santos, médico e professor de Saúde Pública, acompanhado pela população, em público discutiu um memorando, e entre outros pontos, fez força no sentido de conseguirmos atingir este objetivo.

A todos os que se moveram para que fosse possível, para que todos os residentes tivessem médico de família na proximidade, um muito obrigado.

Presidente da Mesa: Nós é que agradecemos. Muito obrigado, Sr. Domingos Sousa. Se alguém mais do público quiser usar da palavra.

Não havendo mais ninguém, eu daria a palavra a quem, da Assembleia ou da Junta, quiser tomá-la, sobre algum assunto que não esteja na ordem do dia. Faça favor.

Anabela Sancho (Vogal): Boa noite a todos. Anabela Sancho, faço parte do Executivo, em nome do CDS.

Eu gostava de fazer aqui um pedido ao Presidente da Mesa, e passo a enquadrar: no meu primeiro minuto, vou admitir, em nome do Executivo, uma falha processual que aconteceu na última reunião (e que nos faz estar aqui), e deixar um pedido ao Sr. Presidente da Mesa, que a partir de hoje, não passe mais a palavra exceto na ordem devida, e segundo os parâmetros da freguesia.

Achei lamentável, não que todos nós tivéssemos expressado o que pensávamos e o que não pensávamos, que todos nós tivéssemos estado aqui na última Assembleia de Freguesia, apesar da falha processual que houve, e pensando acima de tudo nos fregueses, se tivesse apelado ao bom senso, e que todos nós pudéssemos ter tido a capacidade de, em diálogo democrático, termos chegado a uma conclusão. Achei lamentável, quero que fique registada a atitude que a CDU teve na última reunião, porque tendo usado da boa fé de quem dirige os trabalhos – que lhe deu a palavra em carácter excepcional, antes mesmo da ordem que se previa – aproveitou esse facto para fazer número. Eu acho que esses números devem ser feitos, todos nós temos um apoio e representamos, depois dos fregueses, os nossos interesses e os nossos pontos de vista, devemos é ser responsabilizados no momento certo, e com o procedimento certo para, no fundo,

tirarmos as conclusões. E ficar registada essa responsabilidade política, que eu acho que não ficou, porque excecionalmente foi dada a palavra, nesse momento, para fazer um número, e portanto, acho que isso foi lamentável.

Não posso deixar de dizer, estamos cá todos nós a cumprir a nossa obrigação, mas sobretudo para os fregueses. E queria deixar isso, essa nota, e um pedido ao Presidente da Mesa, para que isso não volte a acontecer.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, também.

Pela parte que me toca, eu registei o ocorrido, fiz a minha análise, tenho a minha opinião. Como Presidente da Mesa, não me vou pronunciar. Atuarei no futuro conforme achar mais oportuno.

Prosseguimos. Ninguém mais quer tomar da palavra? Não sei se quer repetir o aspeto da luz, de que me falou. Senão, eu próprio posso referir.

Pedro Rodrigues (PS): Pedro Rodrigues, Partido Socialista.

Não, foi uma questão meramente logística, que reparámos que não havia luz neste setor, e pedimos aqui à parte administrativa se podia diligenciar nesse sentido, porque, efetivamente, esta mesa aqui tem as luzes atrás, e conseguem ver melhor; nós aqui temos alguma dificuldade.

E por isso, ficaram de mudar para a próxima sessão, que não sei quando é que será, mas até lá, com certeza, penso que estará em condições.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Pedro Rodrigues.

Vamos prosseguir, então, os nossos trabalhos, dando início à ordem do dia. E passamos já para o primeiro ponto, que são informações. Presumo que o Sr. Presidente tenha algumas informações para nos dar. Sem deixar nenhuma informação de fora, apelava-lhe à sua capacidade de síntese e objetividade de forma a sermos o mais céleres possível.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não me quero introduzir noutros pontos da ordem de trabalhos, e por isso, só vos quero dizer muito rapidamente que estamos, neste momento, em plena situação de transferência de competências próprias da Câmara para a Junta, numa fase crucial. Aliás, daqui a bocado, há um ponto da ordem de trabalhos em que vai ser apreciado o Auto de Efetivação dessa transferência de competências.

Posso-vos dizer que foi, e pode esta Junta de Freguesia considerar que foi uma notícia ??? exemplar, exemplar de ambas as partes, quer da Câmara, quer das

Juntas, houve um acordo entre todas as partes, de boa vontade, tirando um ou outro ponto, e acho que chegámos, ????. Acho que, realmente, os interesses dos munícipes foram postos em primeiro lugar, e eu acho que se fosse assim em todo o sítio, o nosso país estaria mais desenvolvido e a funcionar melhor. E portanto, quero salientar isso, que, de facto, houve grande colaboração, quer da parte da Câmara Municipal, quer da nossa parte, e conseguimos chegar a um contrato, a um resultado muito positivo.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se alguém quiser tomar a palavra no contexto deste item, faça favor. De qualquer maneira, há de chegar, portanto, à apreciação do órgão um conjunto de informações sobre isso. Se a sua questão não tem a ver com algo... faça favor, tem a palavra.

Teresa Almeida (PS): Muito boa noite a todos. Teresa Almeida.

Eu queria apenas solicitar, se fosse possível, nas próximas convocatórias, fazerem-nos o envio também por *e-mail*. Hoje em dia, é mais fácil trabalharmos os documentos de forma digital; e o facto de termos em papel, muitas vezes, enfim, dificulta-nos este trabalho. Portanto, se for possível, poderemos também receber a documentação por *e-mail*.

Presidente da Mesa: Posso tomar a palavra? Era uma questão que tinha aqui na minha agenda, face ao problema que foi levantado. E independentemente das razões individuais e coletivas, não se justifica, de maneira nenhuma, aquilo que aconteceu, e portanto, não se pode repetir. E uma das questões que eu tinha aqui apontado para pôr à Assembleia era exatamente essa. Pensei que seria mais adequado no final, mas se me permitem um parêntesis, um fechar de parêntesis, vamos já abordar essa questão.

Pela parte que me toca, pela parte que me toca, eu não quero ser notificado através de registo com aviso de receção, porque não vou levantar nenhuma carta ao correio. Portanto, eu, pessoalmente, prefiro ser notificado, e assumo a responsabilidade disso, via *e-mail*.

Eu gostaria de pôr esta questão a título individual, para que cada um... se calhar, entretanto, púnhamos isto para o final, para que, então, se meditasse um bocadinho, para ver a melhor forma de ser e de enviar. Eu presumo, e anteriormente tínhamos muito esse problema de as cartas serem devolvidas, porque as pessoas não tinham disponibilidade de ir levantar ao correio o registo – porque atualmente os carteiros raramente se dão ao trabalho de subir as escadas para entregar pessoalmente o correio – e portanto, eu dava, enfim, o decurso desta reunião para meditarmos um bocadinho sobre esta questão, e eventualmente, no final, tomarmos uma posição individual sobre o *modus faciendi* relativamente a esta matéria.

Pode ser? Faça favor.

Helena Ramalho (PSD): Boa noite. Helena Ramalho, PSD.

Eu pergunto por que é que não pode ser já. Porque, afinal, se calhar, já toda a gente refletiu. E se estamos neste ponto das Informações, mais vale do que no fim de tudo dizer assim: “E agora?” Eu penso que é muito mais célere, se calhar.

Eu, por mim, posso já dizer que também prefiro por *e-mail*, que eu acho que é muito mais eficaz.

Presidente da Mesa: Então, se calhar, eu vou questionar individualmente, por ordem de logística, e cada um dirá *per se* o modo como quer ser notificado, e fica registado em ata, para que depois não surjam problemas como aqueles que surgiram, porque o tempo é escasso, o tempo custa dinheiro, e andamos aqui todos a perder tempo, independentemente, como eu digo, das razões partidárias e individuais, assumidas por cada um. Faça favor.

Teresa Almeida (PS): Uma vez que está em revisão o Regimento, acho que será algo, se calhar, a incluir no Regimento.

Presidente da Mesa: Mas, se ficasse registado em ata, provavelmente já seria uma indicação para o próprio Regimento. Estamos numa conversa absolutamente livre, cada um diz aquilo que mais lhe convém. Portanto, que não haja nenhum constrangimento sobre esta matéria.

Margarida Cabral (PSD): Margarida Cabral.

Temos que pensar um bocadinho, porque, no fundo, seria uma forma de nós prescindirmos todos de invocar que a reunião tinha que ser convocada por carta, porque o que diz a Lei, no art.º 11.º, é que a Assembleia de Freguesia reúne em quatro Sessões Ordinárias, etc., convocadas com uma antecedência mínima de oito dias, por edital, por carta com aviso de receção, e protocolo.

E portanto, eu não sei se nós podemos dizer exatamente no Regimento que pode ser por *e-mail*. Podemos é combinar que também vai por *e-mail*, e que prescindimos de invocar essa formalidade de convocação. É mais um compromisso pessoal do que uma obrigatoriedade legal.

Teresa Almeida (PS): Posso? Teresa Almeida.

O que eu propunha era que esta questão ficasse para ser vista no Regimento, embora possamos desde já acordar recebermos também por *e-mail*, se assim entenderem ser possível. Quando eu pedi a palavra, era mais porque nos facilita a consulta e o trabalho com os documentos, independentemente da questão da convocatória. Portanto, o Sr. Presidente da Mesa adicionou a questão da convocatória, mas a minha questão era mais no sentido de ser mais fácil trabalharmos os documentos se eles fossem enviados por *e-mail*.

A questão da convocatória: eu, de facto, não sei como é que se pode contornar o que está estipulado na Lei, porque depois há a questão das substituições. Portanto,

nós que estamos aqui podemos concordar, mas se for o seguinte ou o seguinte, pode não ter tido a mesma opinião. Eu não vejo inconveniente nenhum, e acho que hoje em dia se trabalha cada vez mais sob a forma digital. Mas, enfim, é uma questão legal.

Eu, neste momento, aquilo que pedia à Mesa era a questão prática de podermos trabalhar melhor os documentos.

Presidente da Mesa: Faça favor, Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Posso? Na anterior Freguesia de Santa Maria de Belém, o que estava feito, geralmente, era o seguinte: por causa dessa medida legal que existia, e por uma questão de eficácia, o que estava combinado, pelo menos com a Bancada do Partido Socialista – que era o maior número de elementos que havia lá – nós, ??? aos elementos da nossa Bancada, e existia este problema quanto ao Partido Socialista. Ficou sempre apurado que havia sempre uma pessoa que ia lá buscar pessoalmente para toda a gente, e assinava. Portanto, era um compromisso pessoal. Pronto. O Partido Comunista, também penso que havia esse sistema: ele passava por lá também e levava, o que é mais rápido, precisamente por causa dessa questão dos carteiros. Há o aviso de receção, depois não está lá ninguém, e tem que ir buscar aos correios, e isso é muito pouco prático.

Aquilo que eu propunha, se calhar, era enviar por *e-mail*, mas também ficava logo determinado que se podia, imaginem, uma pessoa vai lá buscar logo para todos, ??? para combinar ??? documentos à Assembleia, e nessa altura, havia uma pessoa que ia lá buscar, assinava o expediente e levava logo todos. E nós fazíamos a mesma coisa: escusávamos de estar a gastar dinheiro com avisos de receção, que não são eficazes, ??? E assim ficaria, em termos legais, essa combinação de depois irem lá buscar ??? e nós, à mesma, mandaríamos nos prazos legais, e também por *e-mail*. Mas, ??? pessoal, como é evidente. Está bem, mas se a pessoa, se atrasava em ir lá buscar, mas já tinha recebido por *e-mail*, em princípio, não ia levantar problemas. Mas, temos de cumprir o requisito legal, de facto. Portanto, estava combinado, na altura, uma pessoa de cada Partido político ir lá buscar e assinar. Havia esse compromisso, digamos.

Presidente da Mesa: Estamos esclarecidos. Vamos deixar isto para... em sede de Regimento, os responsáveis contatarão as pessoas, e acharão certamente a melhor forma.

Eu não gosto de fazer comentários jurídicos, mas, de qualquer maneira, a Sra. Doutora, professora de direito, independentemente da forma como está registado na Lei, sabe melhor do que eu que o que interessa – mas, na situação, é mais complicado – é a tomada de conhecimento, e não propriamente o aspeto formal da notificação em si. Mas, adiante, não vou discutir consigo de maneira nenhuma.

Vamos avançar com os nossos trabalhos, e vamos passar para o Ponto n.º 2, que é a Apreciação do Auto de Transferência, no âmbito da Reforma Administrativa.

Eu vou dar a palavra ao Sr. Presidente, que presumo que terá alguma informação sobre esta matéria a dar à Assembleia. Faça favor, Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Srs. Membros da Assembleia: isto hoje, salvo melhor opinião, enfim, não é muito complexa esta reunião, estamos aqui a dar a conhecer aos presentes aquilo que foi anunciado, já depois de acordo com a Assembleia Municipal, e agora entre a Câmara e a Junta. Na prática, aquilo que se transfere e aquilo que não se transfere. Houve aqui este modelo, que foi o adotado; nalgumas partes, do espaço público, e dos jardins, ficaram definidas algumas zonas estruturais que ficam na Câmara, e outras que passaram para a Junta, e estão especificadas as que passaram, e as estruturais também. Com os nossos Postos de Higiene Urbana, a mesma coisa. Há alguns Postos de Higiene Urbana em toda a Lisboa, que ficaram definidos quais é que eram, objetivamente na nossa zona, e referimos quais é que são aqueles que, enfim, vão para a Junta de Freguesia, e estão definidos esses tipos de situações muito concretas e verificadas.

Por exemplo, vou aqui para os espaços... como podem ver, identificação dos espaços, estão identificados os espaços todos, com os nomes e com os códigos à frente. Na parte referente aos equipamentos, a mesma coisa. E de maneira que isto é, digamos, a nossa constituição, digamos, o nosso documento, um documento chave, Auto de Efetivação de Transferência de Competências da Câmara para a Junta.

Desde março que a Junta de Freguesia tem competências nestas matérias. Obviamente que isto também não é nem preto, nem branco, há sempre situações um pouco mais delicadas, mas mesmo nessas situações, mesmo assim, fomos um bocadinho mais expeditos, mais eficazes que outras Juntas de Freguesia. Dou-vos um exemplo, por exemplo: na Piscina, acho que fomos a única Junta de Freguesia que conseguiu estar em condições de logo, desde o início, estarmos em condições de receber as receitas da Piscina; quase nenhuma conseguiu, ainda hoje não conseguiram. Nós conseguimos isso.

Entretanto, também, quanto a tudo o resto, está a andar. Algumas dificuldades ficaram espelhadas, portanto, no próprio auto. Aqui o que se tentou ver foi que tipo de competências é que a Câmara transferia para a Junta, e que a Junta estava disponível para ficar com elas. No meio deste jogo, chegou-se à conclusão, no final, de que havia um défice de cerca de trezentos e quarenta mil euros (340.000€) da Câmara em relação à Junta, ??? a própria Câmara, que depois se há de fazer, portanto, este acerto de contas, no final, que também estamos para começar em março; janeiro e fevereiro, já decorreu o período em que tivemos que fazer o acerto de contas. Mas, sobre isto vão haver constantemente reuniões, e a situação, temos estado a acompanhar os acontecimentos com a tranquilidade adequada. Não estou a dizer que não tenha havido um ou outro caso mais delicado, como é normal, mas pronto. Concretizou-se, já estamos neste momento a funcionar.

Na questão, por exemplo, dos licenciamentos, ??? digamos, continuamos... já temos essa competência, mas decidimos por uma forma de parecer vinculativo, isto

é, as situações são entregues na Câmara, na Unidade de Administração Territorial, depois entregues ??? para o Presidente da Junta, que faz o despacho ??? autorizado pela Câmara. Isto até final de maio. Em junho, já teremos os nossos próprios elementos; em princípio, já ficamos completamente independentes nessa matéria, em princípio. Mas, isto já foi feito com todos em geral, mas connosco também está a acontecer isso. Portanto, já temos essas competências.

Portanto, há assim algumas fases que são iguais, que se vão fazendo a pouco e pouco, mas pronto, é com base nisso que trazemos aqui à Assembleia, portanto, aos representantes da população desta área de Lisboa, o nosso Auto de Efetivação de Transferência de Competências, porque houve negociações, há aqui coisas que foram negociadas, e é para ser apreciado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu penso que os membros da Assembleia conhecerão o auto, e portanto, se quiserem pôr alguma questão, eu dou a palavra agora a quem quiser usar dela. Faça favor.

Teresa Almeida (PS): Teresa Almeida, Partido Socialista.

Eu apenas queria corroborar, enfim, a satisfação por este processo já estar concretizado, pela capacidade que vai representar, com certeza, de melhor servir a população. Portanto, faço votos de que esta nova responsabilidade que a Junta de Freguesia assumiu a partir de dia 10, e que vai reforçar quando estiver completamente efetivada, que, de facto, se traduza num melhor serviço à população. Portanto, registar que estamos satisfeitos com este processo.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Dra. Teresa Almeida. Ninguém mais quer tomar a palavra sobre este assunto?

Passamos, então, ao Ponto n.º 3 da ordem do dia, que é a Apreciação e votação da 1.ª Revisão do Orçamento e do PPI.

Se alguém quiser a palavra sobre esta questão. Não sei se o Sr. Presidente quer prestar algum esclarecimento. Tem a palavra. Peço-lhe, mais uma vez, objetividade, dentro do possível.

Presidente do Executivo: Queria só, de uma forma geral, dar uma pequena explicação, porque, na prática, esta 1.ª Revisão não costuma ser normal, costuma ser no final de abril, quando são incorporados os saldos transitados do ano anterior. Não é o que vai acontecer hoje. Hoje ainda não temos os saldos transitados; hoje, é uma revisão orçamental, ao último Orçamento que foi aprovado, é a 1.ª Revisão Orçamental, resultante precisamente da incorporação de todas estas questões relativas ao Auto de Efetivação de Transferência de Competências. Pronto.

E neste momento, para apoiarmos o próprio Mapa de Pessoal – posso-vos dizer que, neste momento, temos cento e três elementos já, neste momento, na Junta de Freguesia, obviamente que divididos também ???. Cento e três. Para quem tinha

cinco funcionários, ou nove, no conjunto. De qualquer forma, é uma diferença significativa ??? estes ordenados, e tudo isso. Não é fácil ??? muito diferentes, alguns, ??? enfim. De maneira que isto está tudo em condições normais, mas daí também esta reunião ser importante, porque agora a 1.ª Revisão é fundamental para se poder proceder ao pagamento dos ordenados aos funcionários da Junta.

Portanto, neste momento, o que eu queria dizer referente a esta matéria do Orçamento: como se referiu aquando da sua apresentação, o Orçamento de 2014 é fortemente condicionado pela indefinição quanto às transferências de pessoal e de meios do município para a freguesia, resultado da aplicação da nova legislação. Concluído o processo no passado dia 10 de março, com a versão final do auto a ser concluída na véspera, passámos a estar em condições de corrigir o Orçamento através de uma 1.ª Revisão Orçamental. Podíamos esperar por abril, mas entendemos que seria mais adequado fazê-lo a mais breve trecho, particularmente pelo que decorre da reforma administrativa e da incorporação do saldo. Acresce que é necessário garantir os meios orçamentais para pagar ao pessoal que transita, e que é em maior número do que inicialmente previsto (cento e três, como já referi).

Assim, esta revisão teve como primeiro objetivo garantir que o novo Mapa de Pessoal tenha o adequado enquadramento orçamental. Nos termos do n.º 4 do art.º 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, as alterações aos Mapas de Pessoal que impliquem o aumento de postos de trabalho implicam que se comprove o seu cabimento orçamental e a sua sustentabilidade futura. Para que o critério da sustentabilidade futura seja garantido, foram orçamentadas todas as despesas de pessoal com o critério da base salarial, não considerando as reduções remuneratórias provisoriamente em vigor. Foram, pois, consideradas todas as despesas que nos foram ??? no processo de transição de competências, tendo sido realizada a sua devida orçamentação. Em alguns casos, estes valores foram aumentados ou reduzidos, e foi, às vezes, de uma forma muito diferente – isto é uma coisa completamente nova, quer para nós, quer para a Câmara – conforme situações concretas que entretanto foram sendo detetadas, mas que não passam de pequenos ajustamentos.

Esta 1.ª Revisão Orçamental espelha o funcionamento normal da freguesia com base no que são os dados fornecidos pelo município, que permitirá avaliar os benefícios financeiros da reforma administrativa.

O Orçamento para 2014 passa a consagrar uma previsão de receita que aumenta de cerca de três milhões e vinte e cinco mil (3.025.000€), para três milhões, oitocentos e vinte e oito mil (3.828.000€), um incremento de um pouco mais de oitocentos mil euros (800.000€), um crescimento de 26,55%. O maior crescimento da receita decorre da previsão definida pelo município aqui à Piscina do Restelo, que ultrapassa os quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000€). E além do mais, também há aqui mais um total de mais trezentos e cinquenta mil (350.000€), que depois se há de fazer, portanto, o acerto.

Do lado da despesa, o maior aumento ocorre na aquisição de serviços, com grande impacto nos encargos com instalações (água, eletricidade e gás), com um aumento

orçamentado de duzentos e quinze mil euros (215.000€), da conservação dos espaços verdes, que aumenta cento e sessenta mil euros (160.000€), limpeza e higiene, com mais oitenta mil euros (80.000€). Crescimento relevante tem também no investimento e nas despesas com o pessoal.

Em linhas gerais, são estes pequenos pormenores de que vos queria falar, sobre esta 1.ª Revisão Orçamental. Isto é tudo resultante, para já, do Auto de Transferência de Competências. Obviamente que na nossa Assembleia, no final de abril, haverá uma 2.ª Revisão Orçamental. Nessa altura, já serão mais acertos, já vamos tendo experiência e um outro conhecimento das situações, para irmos adequando de uma forma mais realista algumas destas rubricas, e também depois com base nos transitados, as coisas ficarão já melhor definidas. Mas, de qualquer forma, estou convencido de que vão haver, ao longo dos anos, vários ajustamentos, como é normal numa altura destas.

Agora, quero salientar mais uma vez, e aqui salientando o papel do Vice-presidente da Câmara, Fernando Medina, que tem a parte financeira, porque às vezes também estávamos um pouco no hábito de fazer o que queríamos fazer, e unindo esforços para chegar a um consenso... em alguns, nós tivemos mais razão, outras vezes foi a Câmara que teve razão. Os elementos de garantia da parte técnica muitas vezes não estavam em condições, e alguns de nós, várias vezes, ou algumas vezes, conseguimos provar que não estavam corretos. Estou-me a lembrar de alguns casos especiais, aliás, ??? da Piscina, por exemplo, e tal como agora ???. Mas, penso que foi uma posição que eu achei que foi muito útil, e que foi efetuada.

E de maneira que, pronto, neste momento, esta 1.ª Revisão é, para já, para incorporar o que resultou deste Auto de Transferência de Competências.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu dava a palavra a quem a quiser tomar sobre esta questão.

Ninguém querendo usar da palavra, eu vou pôr à votação. Portanto, estamos a votar a Apreciação e votação da 1.ª Revisão do Orçamento e do PPI. Quem vota a favor? Tenho que contar os votos, porque depois tenho que pôr à votação esta questão em minuta. Portanto, quem vota a favor? Diga.

Ana Coelho (PS): Peço desculpa, mas eu acho que foi tão rápido...

Presidente da Mesa: Eu ainda não terminei a votação, perguntei só quem é que vota a favor.

Ana Coelho (PS): Não, mas voltando um bocadinho atrás, queria fazer algumas perguntas. Peço desculpa, mas foi tão rápido que não tive oportunidade.

Presidente da Mesa: Mas, eu vou tentar continuar a ser rápido. Peço a vossa atenção. Mas, de qualquer maneira, não há problema nenhum, e pode pôr as questões que entender.

Ana Coelho (PS): Portanto, o meu nome é Ana Varela Coelho, da Bancada do PS.

Relativamente ao Mapa de Pessoal...

Presidente da Mesa: Não, ainda vamos tratar do Mapa de Pessoal, é a seguir. Não, Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para 2014, é o ponto seguinte. Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para 2014 (1.ª Alteração). Não faz mal. Então, depois, dou-lhe a palavra, mesmo que seja alguma questão relativamente à anterior. Certamente que não modificará nada, e também poderá tomar a palavra sobre este ponto.

Então, vamos manter a votação. Quem vota a favor sobre a Apreciação e votação da 1.ª Revisão Orçamental? Portanto, a favor. Quem vota contra?

Isabel Lourenço (PCP): Não sei se é permitido fazer uma declaração de voto, Sr. Presidente da Mesa.

Presidente da Mesa: Pode fazer as declarações de voto que entender, exatamente, no final. Quem se abstém?

Portanto, foi aprovada com onze votos (quatro do PS e sete do PSD), um contra do PCP.

Temos que aprovar novamente isto, mas agora em minuta. De maneira que eu passo a ler a minuta. Então, eu passo a ler a minuta, e depois ponho à votação:

“Deliberação da Assembleia de Freguesia – Texto aprovado em minuta”

“Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 3 e 4 do Código de Procedimento Administrativo, a Assembleia de Freguesia aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na Reunião Extraordinária de 24 de março de 2014. Foi aprovada a 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, com onze votos a favor (sendo quatro do Partido Socialista, e sete do Partido Social Democrata), zero votos de abstenção, e um voto contra do PCP.

*Belém, aos 24 dias do mês de março de 2014.
O Presidente da Assembleia”*

Portanto, vou assinar.

Vamos passar, então, ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, que é a Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para 2014 (1.ª Alteração).

Não sei se o Sr. Presidente quer prestar algum esclarecimento. Pedia-lhe mais uma vez... apelava à sua capacidade de síntese.

Presidente do Executivo: De uma forma muito geral, pode fazer confusão receber logo vinte e cinco técnicos superiores. Pronto, esses vinte e cinco técnicos

superiores que estão aí são, realmente, contratos a termo certo e em tempo parcial, pessoas que têm uma licenciatura, e que são pessoas ??? e que geralmente são duas horas por dia que têm que trabalhar. Pronto, é só para dar essa justificação. É em ??? Geral, é na parte da Piscina, na parte da Higiene Urbana, é nas escolas, enfim.

Presidente da Mesa: Certamente que os Srs. Membros da Assembleia leram e estarão a par dessas diversas modificações. Dava a palavra, então, aos membros da Assembleia, se alguém quiser tomar. Faça favor.

Ana Coelho (PS): Agora sim, Ana Coelho, da Bancada do PS.

Eu tive alguma dificuldade, e portanto, os meus colegas de Bancada também, em entender o mapa que é apresentado, se calhar porque não conseguimos perceber, não quer dizer que esteja algo errado. E gostaríamos de ver esclarecido, nomeadamente o que significam os números que estão indicados no número de postos de trabalho. Depreendemos que deve ter sido o número de postos de trabalho adicionais. Mas, por outro lado, comparando com o documento, portanto, do Auto de Transferência de Competências, a título de pessoal que teve transferência para a freguesia, não me parece coincidente com este. Portanto, não quer dizer que esteja errado; nós, se calhar, é que não percebemos, e queríamos esse esclarecimento.

Eu dou um exemplo: relativamente, por exemplo, aos técnicos de natação, há uma transferência de catorze técnicos, que não parece estar refletida aqui no mapa. E há, por exemplo, três nadadores salvadores, o que também não parece estar no mapa. Portanto, eu penso que somaríamos dezassete funcionários, e, por exemplo, na área do Desporto, que seria eventualmente onde estariam esses funcionários, temos doze. Não quer dizer que esteja errado, mas só queríamos ter uma explicação.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Quer continuar? Muito obrigado.

Faça favor, Sra. Doutora.

Isabel Lourenço (PCP): Boa noite. Isabel Lopes da Silva, do PCP.

Para nós, preocupa-nos imenso o que está aqui escrito nas páginas 17 e 18, que são as Observações Finais, e toda uma elencagem de direitos e garantias no âmbito do processo de transição dos trabalhadores. É que a Câmara Municipal viu-se livre de mil e tal pessoas, era uma entidade, esvaziou as suas responsabilidades, passou-as para vinte e quatro entidades, com todos os riscos que isso acarreta. A Câmara Municipal é do PS. Quando os senhores, vinte e três Presidentes de Junta, assinaram naquele dia o Auto de Transferência, eu não sei se tinham isso em mente, mas eu estava a ver a televisão, sabia que um não estava lá (que era o vigésimo quarto), e pronto, é uma grande responsabilidade.

E então, o que me suscita muita preocupação é se aquilo que está nas Observações Finais, não sei se estão a ver, nas folhas, são todos os direitos e

garantias. Será que uma Junta de Freguesia poderá fazer face a isto tudo? Será que a CML transita verbas suficientes para isso tudo? Eu estou a defender a Junta de Freguesia. Neste momento, eu estou a defender a nossa Junta de Freguesia de Belém. É a questão que eu coloco.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Dra. Isabel. Portanto, há aqui três questões. Sr. Presidente, responde às três?

Presidente do Executivo: Primeira questão: para já... depois, se houver algum desenvolvimento, ou se eu não for explícito, também temos aqui o Dr. Luís Costa, que é o nosso consultor, e que poderá, de uma forma mais minuciosa, ajudar nos esclarecimentos, dando algumas informações mais técnicas.

Agora, para já, quanto a essa questão que está a dizer, de facto, isto é o que se passa, é que estamos aqui a falar só de contratos de trabalho, e não de contratos de prestação de serviços. Isto é, ??? de facto, e está tudo devidamente cabimentado, vários contratos de prestação de serviços que nós estamos a honrar, e na altura própria logo se verá. Em princípio, precisamos dessas pessoas, para já. Mas, faltam aqui cerca de dezasseis contratos de prestação de serviços, incluindo os nadadores salvadores e os profissionais lá da Piscina. Portanto, isto são os contratos que existiam e que existem, gente que tem vínculo à função pública. Portanto, funcionários da Câmara Municipal de Lisboa que transitam para a Junta de Freguesia, e que ficam como funcionários da Junta de Freguesia com o mesmo vínculo à função pública, atenção. Não está em causa a vinculação desses trabalhadores.

Obviamente que estavam um bocado apreensivos ao princípio, tentámos tranquilizá-los, e estou convencido, neste momento, que já ninguém tem problemas com isso. Nós tivemos reuniões com eles, fomos à Piscina, parámos para ir lá conversar com eles, depois fomos à Higiene Urbana, lá abaixo. Isso está dissipado, penso que já não há esse medo de ficar sem vínculo, e de ficarem sem os ordenados, porque põem em causa também a questão: "Agora a Junta de Freguesia vai deixar de nos pagar, porque não tem dinheiro." Isso ficou tudo devidamente preparado, para que as pessoas venham da Câmara de Lisboa para a Junta, e portanto, passam as pessoas e passam os respetivos elementos.

Houve aqui uma questão que também, pelo princípio da boa fé, e da boa vontade, e da boa colaboração que nós negociámos com a Câmara, e que a Câmara aceitou, foi: como isto estava feito com menos de 10%, na altura, e pode haver salários, pode haver uma subida ??? formais, de 4%; nessa subida, a Câmara assumirá essas responsabilidades. Até aos 4%, nós temos ???.

Portanto, esse foi um assunto que me tinham posto. Penso que respondi à sua questão nesse aspeto.

Qual era a outra questão?

Presidente da Mesa: Pode esclarecer.

Ana Coelho (PS): Portanto, concluo, então, que no Mapa de Pessoal estão contemplados os prestadores de serviços.

Presidente do Executivo: Não, no mapa nós nunca contemplamos os prestadores de serviços.

Ana Coelho (PS): Mas, como havia uma ressalva aqui para outro tipo...

Presidente do Executivo: Repare uma coisa: estão aqui já contemplados os elementos que virão, por exemplo, para a parte dos licenciamentos. Já estão aqui os dois técnicos superiores e os dois assistentes técnicos, que ainda não temos. Mas, já está o Quadro de Pessoal preparado para esses lugares, para quando tivermos condições de os termos cá. Esperemos que todos venham em meados de junho, um pouco antes talvez. Mas, temos pessoas a trabalhar em muitas áreas em contrato de prestação de serviços: umas porque já estavam, enfim, já estavam todas, e isto não pode parar. Isto aqui apenas ??? administração, o contrato de prestação de serviços.

Presidente da Mesa: Não sei se quer mais algum esclarecimento. Não?

Presidente do Executivo: De facto, direitos e garantias dos trabalhadores, isto para nós é uma coisa fundamental, e é tão importante isso que fizemos questão de receber os sindicatos todos, três sindicatos (o SINTAP, o STAL e o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa). Posso-vos dizer que foram conversações muito úteis e muito proveitosas, de parte a parte, estou convencido. Foram umas boas conversações. Eu, pelo menos, gostei, e acho que eles também gostaram, porque pudemos, de uma forma frontal e muito direta, expor os nossos pontos de vista. Eu já sabia o que é que eles queriam, eles também já sabiam o que é que eu queria, mas conseguimos, de uma forma civilizada, falar, e penso que, de uma forma geral, chegámos a acordo em várias questões.

E há uma coisa que nós, como ficou evidente, lhes garantimos: para já, demos garantias de trinta e cinco horas de trabalho ao pessoal que transitou, o que já estava aprovado pela Assembleia Municipal. De qualquer forma, aguarda-se a todo o momento o parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República, que foi solicitado pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Local, que se for homologado, tem força de Lei, pelo menos ??? Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República ???. Pronto. E um membro do Governo ??? pedir o parecer. E foi pedido, e tem eficácia, por força da Lei, se for homologado pelo Governo. E portanto, está-se a aguardar, a nível nacional, esse parecer, e depois analisaremos e logo veremos ???.

Mas, para já, o que está a acontecer, a situação não é muito correta, temos alguns trabalhadores a funcionar num regime de quarenta horas e outros de trinta e cinco. É uma situação transitória, até essa questão ficar definitivamente resolvida pela Lei. Enquanto se aguarda a decisão do Governo, é evidente que pessoas que vão transitar da Câmara que tinham esse horário, estão a ter esse horário. E também ??? pública, e tudo isso, está garantido. Estão no domínio público, e já lhes demos

provas disso, de que podem contar connosco, e de que não vão haver sobressaltos. Podem estar tranquilos nesse aspeto.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou pôr à votação o Mapa de Pessoal. Quem vota a favor? Portanto, quatro do PS, sete do PSD. Quem vota contra? Quem se abstém? Permitam-me só um segundo para eu preencher o mesmo documento. Foi aprovado com onze votos a favor (quatro do PS e sete do PSD), um voto de abstenção do PCP, e zero votos contra.

Passo também a ler, sendo exatamente igual à anterior:

“Deliberação da Assembleia de Freguesia – Texto aprovado em minuta”

“Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 3 e 4 do Código de Procedimento Administrativo, a Assembleia de Freguesia aprovou em minuta o texto de deliberação tomada na Reunião Extraordinária de 24 de março de 2014. Foi aprovada a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal, com onze votos a favor (sendo quatro do Partido Socialista, e sete do Partido Social Democrata), um voto de abstenção do PCP, e zero votos contra.

*Belém, aos 24 dias do mês de março de 2014
O Presidente da Assembleia”*

Se alguém quiser tomar a palavra. Extraordinariamente, eu costumo sempre dar a palavra. Eu apresento os meus cumprimentos. De qualquer forma, os trabalhos estão terminados. Dou por encerrada esta Assembleia. Falta a declaração de voto.

Isabel Lourenço (PCP): Eu escuso de ler, eu entrego à Mesa. Ou preferem que eu leia?

Presidente da Mesa: Se calhar é melhor ler, que fica registado. Leia.

Isabel Lourenço (PCP): Isabel Lopes da Silva, apresento declaração de voto.

“Portanto, quanto ao Ponto n.º 3 da ordem de trabalhos, 1ª Revisão do Orçamento e PPI, as transferências de competências da CML para a Junta de Freguesia de Belém não apontam os montantes necessários para a sustentabilidade das mesmas.”

Isto, dirijo-me ao Partido Socialista aqui presente, porque cabe à Câmara Municipal.

Presidente da Mesa: Sra. Doutora, declaração de voto é declaração de voto.

Isabel Lopes da Silva (PCP): É isto.

“Ao assinar o acordo com a CML, a Junta de Freguesia, representada pelo Sr. Presidente da mesma, assumiu os valores indicados, mas após análise, esta

afetação de verbas não serão conducentes para fazer face às transferências agora recebidas da CML, perante esta situação nova, complexa e muito arriscada.

Nesse sentido, o voto da Coligação Democrática Unitária.”

Pronto, este é o primeiro.

Ponto n.º 4 da ordem de trabalhos, 1.ª Revisão do Mapa de Pessoal:

“O Mapa de Pessoal apresentado não pode produzir garantias quanto aos direitos e vínculos dos trabalhadores constantes do mapa, pois não existe a certeza se serão assegurados neste processo não pacífico, introduzindo um clima de grande insegurança laboral (ao contrário do que foi dito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia). Para tal, os mesmos trabalhadores deveriam ter transitado para a Junta de Freguesia de Belém em regime de mobilidade, garante do vínculo em referência. Irá ser criada uma situação complexa de dificuldade de funcionamento para a própria Junta de Freguesia num futuro próximo, pois não indica qualquer estrutura de chefias nem logística que possa vir a responder às competências recebidas da CML. Daí, não representa, para já, uma mais valia com o garante da distribuição de tarefas e melhoria do trabalho a executar em benefício de todos os fregueses desta freguesia.

Nesse sentido, o voto é a abstenção.”

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Dra. Isabel. Só queria lembrar que se alguém não assinou a presença, faça o favor de o fazer.

Os trabalhos estão encerrados.